



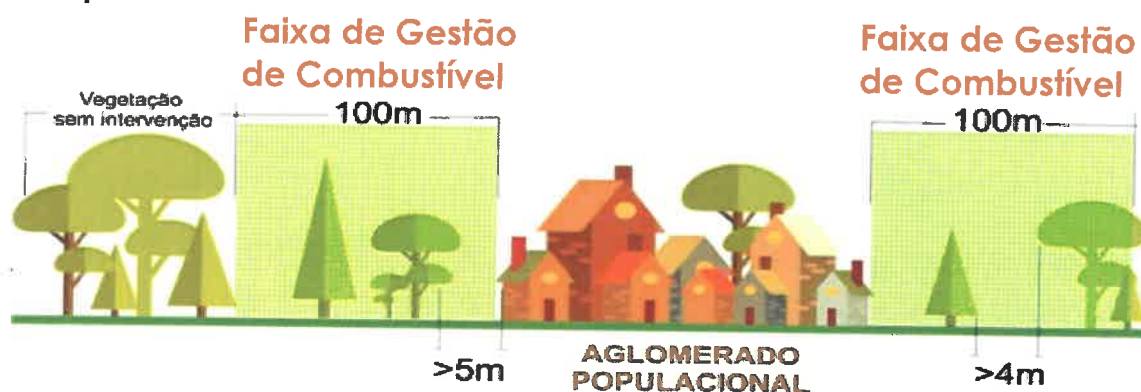
## MUNICÍPIO DE FREIXO DE ESPADA À CINTA

Câmara Municipal

# EDITAL 2-GTF-2019

Maria do Céu Quintas, Presidente do Município de Freixo de Espada à Cinta, com o intuito de promover a defesa de pessoas, bens e património florestal, torna público que, nos termos do Decreto-Lei n.º 124/2006 de 28 de Junho, com a redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 76/2017 de 17 de Agosto (n.º 10 do artigo 15º), e pelo Orçamento de Estado (OE) para o ano de 2019 – Lei n.º 71/2018 de 31 de Dezembro (artigo 163.º):

1. Nos aglomerados populacionais inseridos ou confinantes com espaços florestais, independentemente da existência de PMDFCI aprovado, é obrigatória a gestão de combustível numa faixa exterior de protecção (Faixa de Gestão de Combustível) de largura mínima não inferior a 100 metros, de acordo com os critérios constantes no presente edital. Estas intervenções devem ser realizadas até ao dia 15 de março.
2. Compete aos proprietários, arrendatários, usufrutuários ou entidades que, a qualquer título, detenham terrenos inseridos na faixa referida anteriormente, a gestão de combustível nesses terrenos.
3. No mapa de Faixas de Gestão de Combustível anexa ao presente edital e que dele faz parte integrante, é identificada a faixa de gestão de combustível devendo o proprietários do terreno realizar as intervenções necessárias á sua limpeza de acordo com os critérios contantes no presente edital.



O não cumprimento do disposto acima referido constitui contra-ordenação punível com coima de 140€ a 5.000€ no caso de pessoas singulares, ou de 800 € a 60.000€ no caso de pessoas colectivas.

### Critérios para a gestão de combustíveis no âmbito das redes secundárias de gestão de combustíveis (Decreto-Lei n.º 10/2018)

I. Para efeitos de gestão de combustíveis no âmbito das redes secundárias de gestão de combustível envolventes aos edifícios, aglomerados populacionais, equipamentos e infraestruturas, aos estratos arbóreos, arbustivos e subarbustivos, não integrados em áreas agrícolas, com exceção das áreas de pousio e de pastagens permanentes, ou de jardim, aplicam-se os seguintes critérios:

- a) No estrato arbóreo a distância entre as copas das árvores deve ser no mínimo de 10 m nos povoamentos de pinheiro bravo e eucalipto, devendo estar desramadas em 50 % da sua altura até que esta atinja os 8 m, altura a partir da qual a desramação deve alcançar no mínimo 4 m acima do solo;
- b) No estrato arbóreo, nas espécies não mencionadas na alínea anterior, a distância entre as copas das árvores permitidas deve ser no mínimo de 4 m e a desramação deve ser de 50 % da altura da árvore até que esta atinja os 8 m, altura a partir da qual a desramação deve alcançar no mínimo 4 m acima do solo;
- c) No estrato arbustivo a altura máxima da vegetação não pode exceder 50 cm;
- d) No estrato subarbustivo a altura máxima da vegetação não pode exceder 20 cm.

II. No caso de infraestruturas da rede viária às quais se associem alinhamentos arbóreos com especial valor patrimonial ou paisagístico, ainda que das espécies previstas na alínea a) do n.º I, deve ser garantida na preservação do arvoredo o disposto no número anterior numa faixa correspondente à projeção vertical dos limites das suas copas acrescida de uma faixa de largura não inferior a 10 m para cada lado.

III. Nas faixas de gestão de combustíveis envolventes aos edifícios devem ainda ser cumpridos, cumulativamente, os seguintes critérios:

- 1 - As copas das árvores e dos arbustos devem estar distanciadas no mínimo 5 m da edificação, evitando-se ainda a sua projeção sobre a cobertura do edifício.
- 2 - Excepcionalmente, no caso de arvoredo de especial valor patrimonial ou paisagístico pode admitir-se uma distância inferior a 5 m, desde que seja reforçada a descontinuidade horizontal e vertical de combustíveis e garantida a ausência de acumulação de combustíveis na cobertura do edifício.
- 3 - Sempre que possível, deverá ser criada uma faixa pavimentada de 1 m a 2 m de largura, circundando todo o edifício.
- 4 - Não poderão ocorrer quaisquer acumulações de substâncias combustíveis, como lenha, madeira ou sobrantes de exploração florestal ou agrícola, bem como de outras substâncias altamente inflamáveis.

IV. No caso de faixas de gestão de combustível que abrangam arvoredo classificado de interesse público, zonas de proteção a edifícios e monumentos nacionais, manchas de arvoredo com especial valor patrimonial ou paisagístico ou manchas de arvoredo e outra vegetação protegida no âmbito da conservação da natureza e biodiversidade, tal como identificado em instrumento de gestão florestal, ou outros instrumentos de gestão territorial ou de gestão da Rede Natura 2000, pode a comissão municipal de defesa da floresta aprovar critérios específicos de gestão de combustíveis.

V. A aplicação dos critérios estabelecidos nos pontos anteriores pode ser excepcionada mediante pedido apresentado pela entidade responsável pela gestão de combustível, quando da aplicação dos mesmos possa resultar um risco significativo e fundamentado para a estabilidade dos solos e taludes de vias rodovias ou ferroviárias, através de despacho dos membros do Governo responsáveis pelas áreas da proteção civil e das infraestruturas.

Para constar, se publica o presente edital e outros de igual teor que serão afixados nos locais públicos habituais.

Freixo de Espada à Cinta, 18 de Janeiro de 2019

A Presidente da Câmara

Maria do Céu Quintas

